



JLSV

LICITAÇÃO Nº. 022/2014/CBMGO – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.

PROCESSO: 201400011000174

DATA DA REALIZAÇÃO: **11 de junho de 2014, às 09h00min (Horário de Brasília).**

OBJETO: **Aquisição de Estações Repetidoras e Equipamentos de Comunicação.**

LOCAL: Sala do DECOL/CAL/CBMGO, à Avenida Consolação, Qd. 35, Lts. 03 ao 10, 22 e 23, Cidade Jardim – CEP: 74425-535 Goiânia/GO.

ÓRGÃO SOLICITANTE: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás - CBMGO.

RECURSO: Fonte 20 – Receitas FUNEBOM.

1 – PREÂMBULO

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás - CBMGO, através de seu Comandante Geral, determinam abertura do procedimento licitatório a ser realizado pelo Pregoeiro/CBMGO, usando a competência delegada na Portaria nº. 05/2014 – Comando Geral, torna público que se encontra aberta, nesta unidade, a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, a ser realizada em sessão pública, oriunda do processo n. 201400011000174, objetivando a **Aquisição de Estações Repetidoras e Equipamentos de Comunicação**. O presente certame será regido pela Lei Federal n. 8.666, de 23 de junho de 1993, com alterações e, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, pela **Lei Estadual 17.928 de 27 de dezembro de 2012**, Decreto Estadual n. 7.466 de 18 de outubro de 2.011, Decreto Estadual n. 7.468 de 20 de outubro de 2.011, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Este Edital está disponível aos interessados no endereço do preâmbulo acima, e publicado no site www.comprasnet.goias.gov.br a disposição das empresas cadastradas no CADFOR - Cadastro de Fornecedores gerenciado pela Superintendência de Suprimento e Logística - SUPRILOG.

2 – OBJETO

2.1 - Constitui objeto da presente licitação a **Aquisição de Estações Repetidoras e Equipamentos de Comunicação**, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência e demais disposições fixadas neste Edital e seus Anexos.

2.2 – LOTE ÚNICO: Não possui cota reservada e está aberto a participação de todos quantos militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, e estiverem devidamente credenciados perante o sistema www.comprasnet.goias.gov.br.

3 – DO LOCAL, DATA E HORA

3.1. O **Pregão Eletrônico n. 022/2014** será realizado em sessão pública, através do sítio www.comprasnet.go.gov.br, no dia **11 de junho de 2014 a partir das 09h00min**, mediante condições de segurança criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

3.2. As Propostas Comerciais deverão ser cadastradas, através do sítio www.comprasnet.go.gov.br, no período compreendido **entre as 09h00min e 10h00min do dia 11 de junho de 2014**.

3.3. A 1ª etapa da fase competitiva (lances) terá início no dia 11 de junho de 2014 às 10h00min e terá duração de 10 (dez) minutos.

3.4. A 2ª etapa da fase competitiva (lances) terá início no dia 11 de junho de 2014 às 10h10min e será encerrada com o fechamento aleatório.

3.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

3.6. Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas do Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar da presente licitação todos que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, e estiverem devidamente credenciados perante o sistema www.comprasnet.goias.gov.br.

4.2 – Os licitantes deverão acessar diariamente o site acima indicado a fim de tomar ciência acerca de comunicados com referência a eventuais alterações.

4.3 – O acesso ao credenciamento se dará somente aos licitantes com cadastro “homologado” ou na condição de “credenciado” junto ao CADFOR Cadastro de Fornecedores gerenciado pela Superintendência de Suprimento e Logística - SUPRILOG.

4.3.1. – Em caso do licitante pretender utilizar-se de outros cadastros que atendam a legislação pertinente para participar do pregão eletrônico, efetuará seu credenciamento de forma simplificada junto ao CADFOR, caso que ficará dispensado de apresentar toda a documentação abrangida pelo referido cadastro, mediante a apresentação do mesmo ao CADFOR e terá registrado apenas a condição de “credenciado”.

4.3.1.1. – Nos casos onde a empresa vencedora estiver com o cadastro junto ao CADFOR apenas na condição de “credenciado”, deverá no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o encerramento do pregão, providenciar seu cadastro completo e se encontrar na condição de “homologado” para a emissão do CRC (Certificado de Registro Cadastral), além de apresentar toda a documentação exigida e atualizada, para conseqüentemente prover a decisão de homologação do certame, sob pena de desclassificação da empresa vencedora.

4.4 - A participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação de senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preços em data e horário previstos neste Edital, exclusivamente por meio eletrônico.

4.5 - Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual. E ainda aqueles que não estiverem com o cadastro “homologado” ou “credenciado” no CADFOR Cadastro de Fornecedores gerenciado pela Superintendência de Suprimento e Logística - SUPRILOG.

4.6 - A participação neste certame implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

4.7 - Como requisito para participação neste Pregão, o licitante com cadastro “homologado” ou “credenciado” deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico www.comprasnet.goias.gov.br, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1 – A participação no presente pregão eletrônico estará aberta somente aos licitantes com cadastro “homologado” ou “credenciado” no CADFOR Cadastro de Fornecedores gerenciado pela Superintendência de Suprimento e Logística – SUPRILOG.



5.1.2 – Os interessados que não estiverem com o cadastro “homologado” ou “credenciado” no CADFOR da SUPRILOG, deverá providenciar o mesmo pelo site www.comprasnet.goias.gov.br, opção “login do FORNECEDOR”, conforme instruções nele contidas.

5.1.3 – O credenciamento na licitação implica o uso de login e senha eletrônica de acesso ao sistema, validada quando da “homologação” ou “credenciamento” do cadastro do fornecedor.

5.1.4 – A homologação do cadastro do fornecedor só será definitiva após o envio da documentação original do licitante ao CADFOR.

5.1.4.1 – Para cadastramento, renovação cadastral e regularização, o interessado deverá atender todas as condições estabelecidas no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento das propostas. Não havendo pendências documentais, o CADFOR emitirá o CRC no prazo de até 04 (quatro) dias úteis consecutivos, contados do recebimento da documentação completa excluindo-se o dia de entrega e vencendo os prazos apenas nos dias em que houver expediente regular e integral na Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento.

5.1.4.2 – Em caso do licitante pretender utilizar-se de outros cadastros que atendam a legislação pertinente para participar do pregão eletrônico, efetuará seu credenciamento de forma simplificada junto ao CADFOR, caso em que ficará dispensado de apresentar toda a documentação abrangida pelo referido cadastro, mediante a apresentação do mesmo ao CADFOR e terá registrado apenas a condição de “credenciado”. (conforme a Instrução Normativa 004/2011-GS).

5.1.5 – A simples inscrição do pré-cadastro no sistema Comprasnet não dará direito ao licitante de credenciar-se para participar deste pregão eletrônico, face que sua senha ficará bloqueada.

5.1.6 – O desbloqueio do login e senha do fornecedor serão realizados após a “homologação” ou “credenciamento” do cadastro do licitante.

5.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, cujo uso é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3 - O credenciamento do licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, sob pena da aplicação das sanções previstas no **item 14** do presente edital.

6 - DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1 - As propostas comerciais deverão ser enviadas através do site www.comprasnet.goias.gov.br na data e nas formalidades indicadas neste Edital e seus anexos, após o preenchimento do formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do sistema de que tem pleno conhecimento e que atende às exigências de habilitação e demais condições da proposta comercial previstas no edital e seus anexos.

6.2 - Todas as condições estabelecidas para os itens, pelo Edital e seus anexos, serão tacitamente aceitas pelo proponente no ato do envio de sua proposta comercial.

6.3 - O prazo de validade da proposta será de acordo com o estipulado no **item 16** do edital, a contar da data marcada para a abertura das mesmas.

6.4 - Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da vencedora.



6.5 - As propostas encaminhadas pelos vencedores deverão conter, obrigatoriamente, a marca do objeto ofertado, sendo desclassificadas as propostas em desacordo.

6.6 - Sempre que a descrição mínima do bem utilizar a terminologia “aproximada” ou “aproximadamente”, a medida do objeto ofertado deverá estar compreendida no intervalo de 10% (dez por cento) acima e 10% (dez por cento) abaixo da medida especificada.

6.7 - Todas as empresas deverão cotar seus preços com todos os tributos inclusos, inclusive o ICMS, se for o caso e observando-se os subitens seguintes.

6.7.1 - Ao final da sessão do pregão, a empresa estabelecida no Estado de Goiás que venha a ser vencedora do certame, nos termos do inciso XCI do artigo 6º do Anexo IX do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (RCTE), revigorado pelo artigo 3º do Decreto Estadual nº 7.569/2012, que trata da isenção do ICMS nas operações e prestação internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual, ficando mantido o crédito (Convênio ICMS 26/03), deverá apresentar proposta na forma do ANEXO II, o qual deverá conter, obrigatoriamente: a indicação do percentual da alíquota do ICMS, os valores unitários e totais, onerados com o ICMS e desonerados do ICMS, restando límpido que, para fins de adjudicação, serão analisadas as propostas desoneradas do ICMS.

6.7.2 – Na fase de execução contratual, o valor correspondente à isenção do ICMS deverá ser **deduzido** do preço dos respectivos produtos, contido na(s) proposta(s) vencedora(s) do pregão, devendo a Contratada demonstrar a dedução, expressamente, no documento fiscal, empenhando-se apenas o valor necessário à execução do contrato e, quando da emissão da Nota Fiscal, deverá destacar, em seu histórico, esta isenção, visto que a Secretaria de Segurança Pública e os seus respectivos órgãos não são contribuintes deste tributo.

6.7.3 – O disposto nos subitens 6.7.1 e 6.7.2 **não** se aplicam às licitantes optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresa de Pequeno Porte – Simples Nacional.

7 - DA SESSÃO DO PREGÃO

7.1 – Concluída a fase de credenciamento será iniciada a sessão pública do pregão, no horário previsto neste edital, durante a qual os fornecedores registrarão suas propostas, sendo aceita somente uma proposta por item para cada fornecedor.

8 - DOS LANCES

8.1 – Após o término do prazo estipulado para a fase de registro de propostas, o sistema iniciará a fase competitiva, durante a qual os licitantes que registraram propostas poderão ofertar lances através do sistema eletrônico, observando o horário estabelecido e as regras de aceitação dos mesmos.

8.1.1 – Em razão do entendimento da Procuradoria Geral do Estado, através de seu Despacho “AG” nº 001203/2013, para as empresas estabelecidas no estado de Goiás, que forem isentas do ICMS e não optantes do regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de pequeno Porte – Simples Nacional (na forma do disposto nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.3), os lances já deverão ser ofertados desonerados do ICMS.

8.2 - Durante o transcurso da sessão pública eletrônica, serão divulgadas, em tempo real, todas as mensagens trocadas no *chat* do sistema, inclusive valor e horário do menor lance registrado apresentado pelos licitantes, vedada a identificação do fornecedor.

8.3 - Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance ofertado pela própria licitante que tenha sido anteriormente registrado no sistema.



8.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.5 - Caso o proponente não realize lances, permanecerá o valor da proposta eletrônica apresentada para efeito da classificação final.

8.6 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.6.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após publicação no Diário Oficial de Goiás.

8.7 – O encerramento ocorrerá da seguinte forma, a fase de lances terá duas etapas:

8.7.1 – A 1ª etapa, com tempo de duração de 10 (dez) minutos, que será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema aos licitantes;

8.7.2 – A 2ª etapa transcorrerá com a abertura de prazo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.8 - O pregoeiro sempre poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9 - DO JULGAMENTO

9.1 - O objeto requisitado para esta aquisição com definição no Termo de Referência (Anexo I), terá seu julgamento do tipo: **Menor preço por LOTE.**

9.2 - Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação.

9.3 - Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação.

9.4 - Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

9.5 - Sendo aceitável a oferta de menor preço, o sistema informará quem é o licitante detentor da melhor oferta e este deverá comprovar de imediato sua situação de regularidade, esta comprovação se dará mediante encaminhamento da documentação e da proposta atualizada, via fax ou e-mail, conforme estipulado o item **10.9** deste Edital, com os valores obtidos no Pregão, e deverão, posteriormente, ser encaminhados os originais da proposta e a documentação exigida para habilitação original ou cópia autenticada via cartório, publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia autenticada por servidores membros da Comissão Permanente de Licitação do DECOL/CAL/CBMGO, quando a Licitante optar por autenticar sua documentação pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

9.6 - Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

9.7 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no site www.comprasnet.goias.gov.br.

10 - DOCUMENTAÇÕES PARA HABILITAÇÃO



O licitante vencedor deverá enviar no endereço e nas conformidades exigidas neste certame a seguinte documentação:

10.1 – CRC - Certificado de Registro Cadastral expedido pelo CADFOR da Superintendência de Suprimento e Logística - SUPRILOG, atualizado, em vigência e com o *status* REGULAR ou IRREGULAR.

10.1.1 - Na data da abertura do procedimento de licitação, os documentos dos itens 10.2, 10.3, 10.4 e 10.5.2 (**conforme art. 4º da Instrução Normativa 004/2011-GS**), que comprovarem suas regularidades e/ou que estiverem com suas datas em vigor no CADFOR da SUPRILOG, estarão dispensados de apresentação pelos licitantes.

10.2 - REGULARIDADE JURÍDICA

10.2.1 – Cédula de Identidade;

10.2.2 - Registro Comercial, no caso de empresa individual;

10.2.3 - Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

10.2.4 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

10.2.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

10.3.1 - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

10.3.2 - Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3.3 - Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

10.3.4 - Certidão Negativa de Débito para com o INSS, ou prova equivalente que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social, ou ainda prova de garantia em juízo de valor suficiente para pagamento do débito, quando em litígio;

10.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

10.3.6 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, **se sediado/domiciliado em outra unidade da federação, e do Estado de Goiás.**

10.3.7 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

10.3.8 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Obs: Caso a participação no certame se dê através da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal deverá ser de ambas, dispensando-a quando, pela própria natureza das certidões, forem emitidas



somente em nome da matriz (deliberação da Procuradoria-Geral do Estado através de seu Despacho “AG” nº 001930/2008).

10.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.4.1 - Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física.

10.4.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Considerar-se-á detentora de boa situação financeira a empresa de cujo Balanço ou Demonstrativo Contábil do último exercício social possam extrair elementos que comprovem o valor igual ou superior a 1 (um);

a) Apresentar a comprovação do índice de liquidez geral apurado no balanço apresentado pela proponente, extraindo os seguintes elementos: I) Índice de Liquidez Corrente (ILC), igual ou superior a 1,00 (um inteiro), onde $ILC = AC/PC$ sendo que AC corresponde ao Ativo Circulante e PC corresponde a Passivo Circulante e II) Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou superior a 1,00 (um inteiro), onde $ILG = AC + RLP/ET$ sendo que AC corresponde ao Ativo Circulante, RLP corresponde a Realizável a Longo Prazo, ET corresponde a Exigível Total.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente publicadas na imprensa oficial, quando se tratar de sociedades por ações, acompanhado do índice da aferição financeira exigido na alínea “a” deste subitem;

- A empresa que apresentar resultado menor que 1 (um), em qualquer dos índices citados no item “1” supra, quando de sua habilitação, deverá comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado, através de balanço patrimonial integralizado – do último ano base exigido em Lei.
- **Nos casos em que a comprovação de qualificação econômico-financeira seja por meio de capital social ou patrimônio líquido mínimos, poderá ser requisitado, a qualquer momento, relação dos compromissos assumidos pelos licitantes, que importem diminuição de sua capacidade operativa ou absorção da disponibilidade financeira, nos termos do § 4º do artigo 31 da LLC.**

10.5 – DAS DECLARAÇÕES

10.5.1 - Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual, conforme modelo a seguir:

DECLARAÇÃO

A empresa....., CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DATA E LOCAL _____

Assinatura do Diretor ou Representante Legal.

10.5.2 - **Declaração** da proponente de que não possui em seu quadro de pessoal, **empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho**, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei 9.854/99), elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da proponente.

10.6 – ATESTADO OU CERTIDÃO



10.6.1 – Expedido(a) por pessoa jurídica de direito público ou privado, já haver o licitante, realizado fornecimento pertinente ao objeto desta licitação ao órgão declarante.

10.7 – DAS PRERROGATIVAS

10.7.1 – As **microempresas e empresas de pequeno porte** deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 4 (quatro) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação.

2) A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.7.2 - Para fins do disposto no subitem 10.7, o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar federal n. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, devendo ser apresentado juntamente com a documentação de habilitação:

I – certidão que ateste o enquadramento expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório;

II – declaração, sob as penas da lei, de cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, em que se ateste a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar federal n. 123/06.

10.8 – Todos os documentos deverão estar com prazo vigente, e para as certidões que não mencionarem prazo de validade, considerará o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição.

10.9 - Os documentos exigidos para habilitação, não contemplados pelo CRC, deverão estar atualizados na data da Sessão Pública, devendo ser encaminhados pela licitante detentora da melhor oferta por fax e/ou e-mail (cbmgo.comprascal@gmail.com), no prazo máximo de 01 (um) dia útil, após finalização da fase de lances. Posteriormente os mesmos deverão ser encaminhados, bem como a Proposta Comercial atualizada após a fase de lances, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis após a data do encerramento do pregão. Caso ocorra pedido de documentação técnica e/ou amostra (laudos, manuais e etc) a licitante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para envio após o encerramento da sessão pública. O endereço para envio da documentação é o seguinte: Departamento de Especificações, Compras e Licitações do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, sito na Avenida Av. Consolação, Qd. 35, Lts. 03 ao 10, 22 e 23, Cidade Jardim – Goiânia – GO, CEP 74.425-535, e estarem separados, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além da identificação com nome, endereço, CNPJ da proponente e nome do pregoeiro, os seguintes dizeres:

Envelope nº. 1 – PROPOSTA

Pregão Eletrônico nº022/2014 – CBMGO
Processo nº. 201400011000174

Envelope nº. 2 – DOCUMENTAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 022/2014 – CBMGO



Processo nº. 201400011000174

10.9.1 - Os prazos de envio deverão ser respeitados, sob pena de desclassificação e inabilitação da empresa vencedora, sendo, inclusive, condição indispensável para a contratação.

10.9.2 – Nos casos em que a licitante for filial, poderão ser apresentados os seguintes documentos da matriz em detrimento dos documentos da filial, desde que aquela (matriz) centralize o recolhimento dos tributos:

- **Balanco Patrimonial (CNPJ da Matriz);**
- **Certidão Negativa de Falência/Concordata (CNPJ da Matriz);**
- **E demais casos em que estejam expressos no próprio documento/certidão ou previstos em Lei.**

11 - DOS RECURSOS

11.1 - Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá, manifestar motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, em campo próprio do sistema, sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente.

11.1.1 - O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade competente para apreciá-los serão realizados pelo pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo. O encaminhamento à autoridade superior se dará apenas se o pregoeiro, justificadamente, não reformar sua decisão. A autoridade competente terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo, devidamente comprovado.

11.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 11.1, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.3 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.5 - Não serão conhecidos os recursos e as contrarrazões interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados pelo chat, por fax, correios ou entregues pessoalmente. As peças recursais deverão ser encaminhadas por meio eletrônico, através do site “www.comprasnet.go.gov.br”.

11.6 – Os recursos impetrados exclusivamente para postergar e preterir o normal andamento desta licitação e ainda aqueles sem respaldo ou fundamentação legal, serão sumariamente indeferidos na própria sessão, pelo pregoeiro que externará através do Chat, as causas de sua inadmissibilidade.

11.7 - A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.

12 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 - Inexistindo manifestações recursais, decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e a autoridade



superior homologará a licitação, sendo o adjudicatário convocado para assinar o contrato no prazo estabelecido no edital.

13 - DO PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado ao fornecedor através do setor competente do órgão requisitante, conforme item 16 deste edital, a contar da data de recebimento definitivo do produto e aprovado os termos das Notas Fiscais, acompanhado dos documentos fiscais.

13.2 – O pagamento será efetivado por meio de crédito em conta corrente do favorecido, exclusivamente, em Instituição Bancária contratada para centralizar a movimentação financeira do Poder Executivo Estadual (Caixa Econômica Federal), em atenção ao disposto no art. 4º da Lei Estadual nº 18.364, de 10 de janeiro de 2014.

13.3 - A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária estabelecida no item 17 do Edital.

14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - A recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do objeto deste Pregão, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida, permitindo a Administração Pública a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93 e Lei Estadual n. 17.928/2012 Art. 77 e seguintes, inclusive o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados ou Municípios Brasileiros, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

14.1.1 - As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

15 - DA EXTENSÃO DAS PENALIDADES

15.1 - A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

15.2 - Retardarem a execução do pregão;

15.3 - Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração;

15.4 - Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

16- DOS PRAZOS

16.1 – Os objetos deverão ser entregues no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.

16.2 – Os objetos da presente licitação serão recebidos provisoriamente mediante recibo, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material entregue, de acordo com a especificação constante do Termo de Referência (Anexo I) e a proposta da empresa vencedora.

16.3 – O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data do recebimento provisório, após verificação da qualidade (adequação às especificações técnicas, constantes do Anexo I), da quantidade e da garantia do material, e após o aceite, a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento.

16.3.1 – Caso o objeto apresente defeito de fabricação, ou quaisquer defeito que impossibilite seu uso, o mesmo deverá ser substituído, no prazo máximo de até 20 (vinte) dias corridos, a partir da data da comunicação feita pelo CBMGO.



16.4 - A adjudicatária deverá no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer a **Seção de Planejamento e Orçamento – BM-4 - BMGO**, para dar o aceite na Nota de Empenho e/ou para assinar o termo de instrumento equivalente.

16.5 - A declaração da validade da proposta será de 90 (noventa) dias, a contar da data de entrega das propostas.

16.6 - Prazo de pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contado da data de liquidação da(s) nota(s) fiscal(ais) faturada(s).

17 - OS RECURSOS FINANCEIROS PARA PAGAMENTO DO OBJETO SÃO CLASSIFICADOS DA SEGUINTE FORMA:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA		
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
Exercício	2014	
Unidade Orçamentária	2953	Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do CBMGO
Função	06	Segurança Pública
Sub-função	182	Defesa Civil
Programa	1092	Programa Socorro Presente
Ação	2239	Melhoria da Infraestrutura e dos recursos operacionais
Grupo de Despesa	04	Investimentos
Fonte de Recurso	20	Recursos Diretamente Arrecadados

18 – DAS OBRIGAÇÕES

18.1 – DA EMPRESA VENCEDORA

18.1.1 – A vencedora, se obriga a cumprir todas as exigências mínimas deste Edital e executar os serviços, de primeira qualidade, atendendo as condições e quantidades estipuladas.

18.1.2 – Será de responsabilidade da vencedora, todas as despesas em sua totalidade, e ainda as com tributos fiscais trabalhistas e sociais, que incidam ou venha a incidir, diretamente e indiretamente sobre o objeto adjudicado.

18.2 – DO CONTRATANTE

18.2.1 – O Corpo de Bombeiros deverá disponibilizar local adequado para o recebimento dos produtos e instalação dos mesmos.

18.2.2 – O Corpo de Bombeiros fiscalizará e inspecionará o recebimento e a instalação dos produtos, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem ao definido.

18.2.3 - Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal (ais)/Fatura(s) da Contratada, após a efetiva entrega e instalação dos produtos e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo CBMGO.

18.2.4 - Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita do fornecedor, para que ele possa cumprir as suas obrigações, informações adicionais, dirimir dúvidas e orienta-lo em todos os casos omissos, se ocorrer, desde que dentro das condições estabelecidas na aquisição.

19 – DA CONVOCAÇÃO DO VENCEDOR

19.1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante que tiver apresentado a proposta vencedora classificada e habilitada, será convocado para retirar a Nota de Empenho ou outro instrumento equivalente, no prazo estipulado no **item 16** deste Edital.



19.1.1 – O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para dar o aceite na Nota de Empenho ou firmar outro documento equivalente.

19.1.2 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da retirada da Nota de Empenho ou assinatura do contrato, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato.

19.2 - O representante legal do licitante que tiver apresentado a proposta vencedora deverá retirar a Nota de Empenho, dentro das formalidades e do prazo estipulado no **item 16** deste Edital, a contar do recebimento da comunicação, através de Fax, Correio ou e-mail.

19.3 – Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

19.4 – Ao fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, será aplicada, mediante prévio processo administrativo, com as garantias inerentes ao devido processo legal e contraditório, penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sendo descredenciado do Cadastro de Fornecedores (CADFOR), sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - Este edital e seus anexos deverão ser lidos e interpretados na íntegra. Após o registro da proposta no sistema, não serão aceitas alegações de desconhecimento.

20.2 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como, solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

20.3 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovada, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

20.4 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.5 - Caberá à empresa credenciada acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

20.6 - Qualquer cidadão ou licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão.

20.6.1 - Os pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados via fax ou e-mail, sendo que deverá ser confirmado o recebimento do documento ou arquivo através do telefone (62) 3201-6386/6387 com o pregoeiro ou algum membro da equipe de apoio.

20.6.2 - Os atos de impugnação do certame serão formulados por escrito e deverão ser protocolados no DECOL - Departamento de Especificações, Compras e Licitações do CBMGO, no endereço do rodapé, e deverá ainda, estar acompanhado do estatuto social da empresa, quando o sócio ou proprietário for o portador do ato protocolar, e de instrumento



de procuração pública ou particular, com firma reconhecida, do representante legal da empresa, da qual constem poderes específicos para os atos do referido tema ao procurador portador, se este for o protocolador do ato.

20.6.3 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

20.6.4 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

20.7 - A não solicitação de informações complementares por parte de alguma proponente, implicará na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas suficientes.

20.8 – A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos serão contados da seguinte forma: excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos só iniciam e vencem em dias de expediente do CBMGO.

20.9 – A critério do CBMGO, o quantitativo poderá sofrer acréscimo ou supressão de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, desde que o pedido de acréscimo ou supressão ocorra em data anterior ao cumprimento integral deste, e antes de efetuado o pagamento.

20.10 – A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

20.11 – Informações complementares que visam obter esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, de segunda à sexta-feira, em horário de expediente, pelo telefone (62) 3201-6386.

20.12 – Maiores informações sobre as especificações dos objetos licitados poderão ser obtidas com o Sr. João Divino Lourenço Júnior, Major QOC, Chefe do DECOR/CAL/CBMGO pelos telefones (62) 3201-6386/6387, em horário comercial.

21 – DO FORO

21.1 - A interpretação e aplicação dos termos dessa aquisição serão regidas pelas leis brasileiras e o foro da comarca de Goiânia, Estado de Goiás, terá competência sobre qualquer controvérsia resultante deste certame, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22 - INTEGRA O PRESENTE EDITAL:

22.1 - Anexo I – Termo de Referência.

22.2 – Anexo II – Modelo de Proposta.

Departamento de Compras e Licitações, Goiânia-Go, aos 22 dias do mês de maio de 2014.

Diego Amaral Bernardes – SD QPC
Pregoeiro/CBMGO



ANEXO I

Pregão Eletrônico nº. 022/2014 – CBMGO

Processo nº. 2014.0001.1000.174

Elaborado pelo requisitante da despesa.

AQUISIÇÃO DE ESTAÇÕES REPETIDORAS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS.

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de Estações Repetidoras e Equipamentos de Comunicação com instalação para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, mediante exigências, especificações e condições estabelecidas abaixo.

2. JUSTIFICATIVA

O presente Termo destina-se à aquisição de Estações Repetidoras e Equipamentos de Comunicação para atender as necessidades de melhorias do Setor de Comunicações do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, conforme Ofício n. 145/2013 – COB, Ofício n. 100/2013 – BM2 com Parecer Técnico N. 027/2013 – BM2 e Ofício n. 021/2014 – BM/6 anexos.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS

O objeto requisitado para esta aquisição com definição no subitem seguinte, terá seu julgamento do tipo: **Menor Preço por LOTE.**

Definição do objeto a ser adquirido, através do presente **Pregão Eletrônico nº 022/2014:**

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS (Valor máximo para contratação autorizado pela Superintendência de Suprimentos e Logísticas/SEGPLAN)

Lote Único						
4.4.90.52.03 – Aparelhos e Equipamentos de Comunicação						
Item	Objeto	CÓDIGO SUPRILOG	UND	QTD	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total
1	Estação Repetidora - VHF/FM Digital e Analógica.	65248	Unid.	2	R\$ 10.450,00	R\$ 20.900,00
2	Antena Colinear, VHF/FM.	55466	Unid.	2	R\$ 590,00	R\$ 1.180,00
3	Cabo Coaxial Tipo CellFlex 7/8.	5975	Metro	200	R\$ 39,17	R\$ 7.833,33
4	Conector "N" macho para cabo coaxial	4086	Unid.	4	R\$ 122,60	R\$ 490,40
5	Duplexador Passa faixa/ Rejeita faixa, 4 cavidades ressonantes	45657	Unid.	2	R\$ 3.866,67	R\$ 7.733,33
6	Suporte em "L" para antena.	59155	Unid.	2	R\$ 91,67	R\$ 183,33
7	Abraçadeira Multiblock para cabo coaxial tipo CellFlex 7/8.	55079	Unid.	50	R\$ 25,79	R\$ 1.289,67
8	Presilhas de cobre para acabamento interno.	66127	Unid.	6	R\$ 29,13	R\$ 174,76
9	Terminais/rabicho com conectores.	44273	Unid.	4	R\$ 56,67	R\$ 226,67
Valor Total Geral						R\$ 40.011,49



3.1. Especificação Geral:

Os equipamentos descritos neste Termo a serem instalados, deverão ser novos, de primeiro uso, e ter a garantia de que não serão descontinuados, pelo menos, até a data da publicação do edital e possuir recursos eletrônicos compatíveis com os equipamentos da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, garantindo total interoperabilidade. A Estação Repetidora deverá operar estritamente de acordo com as normas e resoluções da ANATEL e Ministério das Comunicações (MINICOM), sendo também aplicáveis às recomendações de outros órgãos reguladores, porém, as normas da ANATEL irão prevalecer. As repetidoras deverão ser entregues configuradas nas frequências determinadas pelo órgão licitante, bem como, devidamente instaladas em local a ser determinado.

3.2. Composição Básica

Cada transceptor deverá conter os seguintes itens:

- a) 01 (uma) Estação Repetidora VHF/FM com modulação Digital e Analógica, de alto tráfego, 45 Watts de potência de saída de Rádio Frequência.
- b) 01 (uma) Antena Colinear, VHF/FM, com no mínimo 6dB de ganho.
- c) 01 (um) Duplexador passa-faixa / rejeita-faixa, VHF/FM com 4 cavidades ressonantes.
- d) 01 (um) Centelhador coaxial.
- e) 100 (cem) metros de Cabo Coaxial de baixa perda, tipo Cellflex 7/8", 50 Ohms de impedância.
- f) 01 (um) Conjunto de conectores coaxiais compatíveis com o cabo coaxial, acompanhado de protetores coaxiais e protetores de surtos coaxial a gás.
- g) 01 (um) Kit de aterramento de cabo coaxial.
- h) 01 (um) Kit de abraçadeiras para fixação de cabos na torre metálica.
- i) 01 (uma) Bateria tipo estacionária para telecomunicações com no mínimo 80 mAh para suportar 4 horas de operação ininterrupta na falta de energia da rede pública.
- j) 01 (um) Conjunto de miscelânea para instalação da Estação repetidora.
- k) 01 (um) Manual de operação original em língua portuguesa.

3.3. Características Operacionais e Técnicas:

Esta especificação tem o objetivo de fixar os parâmetros técnicos para a aquisição de Estação Repetidora Digital e Analógica, do tipo RT (cruzada), que receberá sinais na frequência 01 e retransmitirá na frequência 02, faixa de VHF banda alta (148 a 174 MHz), com modulação analógica e digital, para emprego na Rede de Comunicação do Sistema AVL/GPS pretendido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, de acordo com as normas técnicas pertinentes.

Dessa forma, o sistema de repetição VHF deverá ser projetado e ter a capacidade de operação nas subfaixas de modo a garantir todas as funcionalidades aqui descritas para o atendimento de todos os usuários de rádios digitais inteligentes.

Uma vez que no projeto em questão, o sítio de repetição trabalhará com 01 par de frequências na subfaixa de operação a estação repetidora deverá utilizar-se um duplexador para permitir o compartilhamento de uma mesma antena para transmissão e recepção, bem como deverá utilizar filtro de cavidade ressonante para minimizar interferências e intermodulações locais.

A Estação Repetidora Digital VHF/FM tem por finalidade estabelecer a comunicação, através de ondas eletromagnéticas de RF, entre os equipamentos embarcados (rádios digitais móveis e portáteis) em campo e também com a Central de Atendimento (Consoles do Sistema).

Módulo de transmissão e módulo de recepção montado em gabinete apropriado com sistema de ventilação forçada para dissipar o calor gerado pelos módulos de transmissão e recepção.

Módulo de fonte de alimentação 100 VCA a 240 VCA (full range), 60 Hz com comutação automática para baterias em caso de falta de energia elétrica CA, com capacidade suficiente para carregar as baterias e mantê-las em flutuação, dotada de sistema de ventilação independente (somente para a fonte) para dissipar o calor gerado pela mesma.

3.4. Características Operacionais Básicas:

A Estação Repetidora Digital VHF deverá obedecer às seguintes características operacionais básicas: Operação na faixa de VHF (148 MHz a 174 MHz), nos modos Half-Duplex e Full-Duplex;



Operação contínua em regime de alto tráfego, ou seja, 100% do tempo em transmissão; Equipamento modular; Operação nos modos digital ou analógico; A Estação Repetidora deverá possuir no painel frontal leds (diodo emissor de luz) para auxiliar o técnico, incluindo no mínimo as seguintes informações: ligada, tipo de modulação (analógico ou digital), desabilitada, TXA, RXA, TXB, RXB, indicador de alimentação AC ou DC; Os parâmetros eletrônicos de modulação digital e sinalização das estações repetidoras digitais deverão suportar no mínimo Protocolo Digital ETSI-TS102 361-1 e o tipo de Vocoder digital AMBE++; A estação repetidora digital deverá, quando operando no modo analógico, ser compatível com os transceptores analógicos do Sistema convencional analógico avançado de radiocomunicação e com os Consoles de Operação mantendo a conformidade técnica e operacional das redes de radiocomunicação existentes.

3.5. Características Eletrônicas Básicas:

A Estação Repetidora Digital VHF deverá obedecer às seguintes características eletrônicas básicas: Tipos de emissão: 11K0F3E, 16K0F3E; Banda de Operação de 148 MHz a 174 MHz; Espaçamento de canais: 12,5 / 25 kHz com programação dentro da faixa acima; Tecnologia baseada em microprocessador, construção modular e 100% estado sólido; Programação de frequência: por sintetizador, dotado de memória programável e reprogramável externamente por meio de computador PC com software apropriado; Operação em modo analógico ou digital – mediante seleção; Proteção contra: Sobretensão de alimentação; Inversão de polaridade; Variação de impedância de RF por descasamento de antena; Acionamento contínuo do transmissor por tempo programável via software. Excesso de potência do transmissor; Alimentação elétrica: 110 a 220 VCA, 60 Hz, com sistema de proteção contra variações de tensão elétrica na entrada AC; O equipamento deve permitir internamente comutação automática para o sistema de alimentação ininterrupta (baterias), para alimentação do equipamento em caso de falta de energia comercial.

3.6. Características Eletrônicas de Transmissão:

A Estação Repetidora Digital VHF deverá obedecer às seguintes características eletrônicas de transmissão: Potência de saída: 45 Watts nominais com possibilidade de redução por meio de software, sem degradação das características; Estabilidade de frequência: $\pm 0,5$ ppm, ou melhor, dentro da faixa de -30°C a $+60^{\circ}\text{C}$; Limitação de modulação: ± 5 KHz a 25 KHz e $\pm 2,5$ KHz a 12,5 KHz, para 100% de modulação; Zumbido e ruído FM: -40 dB a 12,5 KHz e -45 dB a 25 KHz; Emissões Conduzidas / Irradiadas: $-36\text{dBm} < 1$ GHz; $-30\text{dBm} < 1$ GHz; Potência de canal adjacente (TIA603C): 60dB a 12,5 KHz / 70 dB a 25 KHz; Resposta de áudio: Conforme a Norma TIA603C; Distorção de áudio 3%; Modulação Digital 4FSK: 12,5 KHz somente Dados = 7K60FXD / 12,5 KHz Voz e Dados = 7K60FXE; Tipo de vocoder digital: AMBE++; Protocolo Digital: ETSI-TS102361-1 no mínimo.

3.7. Características Eletrônicas de Recepção:

A Estação Repetidora Digital VHF deverá obedecer às seguintes características eletrônicas de recepção: Sensibilidade (modo analógico): $0,30$ μV (microvolt) $0,22$ μV (típica) ou melhor para -12 dB SINAD; Sensibilidade (modo digital): $0,30$ μV (microvolt) ou melhor para 5% de taxa de erro de bit (BER); Seletividade de canal adjacente: 65 dB a 12,5 KHz / 80dB a 25 KHz (TIA603); 50 dB a 12,5 KHz / 80dB a 25 KHz (TIA603C) ou melhor; Rejeição de espúrias: 80 dB ou melhor; Distorção de áudio: 3%; Zumbido e Ruído: -40dB a 12,5 KHz e -45dB a 25 KHz; Resposta de áudio: Conforme a Norma TIA603C; Estabilidade de frequência: $\pm 0,5$ ppm, ou melhor, dentro da faixa de -30°C a $+60^{\circ}\text{C}$; Emissões de espúrias conduzidas: -57dBm ; Recurso de Sinalização e Controle; A Estação Repetidora Digital VHF deverá conter os seguintes recursos de sinalização e controle: A abertura do silenciamento do receptor, para o modo analógico, deverá ser selecionável mediante programação, nos seguintes padrões: CS – portadora; DCS – sub-tom digital; O padrão de sinalização DCS deverá estar disponível no equipamento para emprego na rede de radiocomunicação analógica; Permitir trafegar a comunicação dos rádios analógicos em operação sem degradação das suas características eletrônicas.

3.8. Características Mecânicas e Gerais:

A Estação Repetidora Digital VHF deverá obedecer às seguintes características mecânicas e gerais: Fixação do número de série de fabricação do equipamento no gabinete; Sistema de controle montado internamente no bastidor com todas as funções de testes operacionais e ajustes ao alcance do técnico. Circuitos impressos banhados e protegidos contra corrosão; Cabeações (se houver) protegidas contra umidade em comprimento suficiente para instalação; Dissipação térmica



compatível com o calor gerado pelo equipamento; Ventilação adequada nos módulos para não ocorrer degradação de características.

3.8.1. Não serão aceitas Estações Repetidoras montadas a partir de dois transceptores de uso móvel, sendo aceito apenas Estações Repetidoras como descritas nesta especificação técnica.

3.9. Identificação e Especificação Mecânica:

Número de série do equipamento gravado no chassi ou fixado a ele por meio de etiqueta adesiva; Terminais, conectores e contatos banhados, a fim de reduzir a probabilidade de perdas ou maus contatos; Circuitos impressos protegidos contra corrosão; Fácil identificação de componentes e módulos; Dimensões máximas: Altura 133 mm x Largura 483 mm x Profundidade 297 mm; Peso máximo 16 kg.

3.10. Especificações Técnicas Mínimas da Antena:

Antena monopolo vertical plano-terra, de 2x5/8 de onda, com 6 dB (8,15dBi) de ganho, indicada para estações fixas, construção em alumínio de alta qualidade, com conexão do tipo “ringo” de Padrão Internacional para conectores do tipo UHF, faixa de frequência: 135 a 175Mhz; Potência máxima admissível: 500 watts; altura máxima: 360cm; Peso máximo: 2,50 kgs; R.O.E máximo: 1,5:1; Tipo Omnidirecional 360°, fixação em tudo de 38 a 50mm, deverá possibilitar o ajuste da frequência de operação através do comprimento de elementos telescópicos, eliminando a necessidade de corte do elemento irradiante, Impedância Nominal 50 Ω; Terminação UHF-Fêmea; Polarização Vertical; Acabamento Polido; deverá resistir a ventos de até 150 Km/h.

3.11. Especificações Técnicas Mínimas do Duplexador:

Duplexador de 4(quatro) cavidades ressonantes, passa banda rejeita banda VHF / UHF na faixa de frequência de 130 a 512 Mhz para aplicação em sistemas fixos de radiocomunicação, deverá permitir baixa perda de inserção, alta seletividade e excelente rejeição de offset, deverá suportar comunicação de alto tráfego, deverá ter seus conectores e ressonadores coaxiais banhados com prata, apresentando assim, baixo nível de ruído e permitindo o máximo desempenho de seus sistemas, hastes de ajuste deverão ser fabricadas com ligas metálicas especiais e as cavidades ressonantes tratadas quimicamente de forma a garantir uma excelente robustez mecânica e ótima estabilidade térmica; VSWR ≤ 1,5 : 1; Impedância Nominal 50 Ω; Potência Máxima 150 Watts VHF / Perda Máx. por inserção ≤ 1,2 dB; Faixa de temperatura -30° a 60° C; Separação (Mínima) 1,2 MHz; Terminação N Fêmea; Isolação Mín. TX/RX 70 dB; Isolação Mín. RX/TX 70 dB; Largura máxima de 110 mm; Comprimento Máximo 440 mm; Altura máxima 750 mm; Peso máximo de 11 Kg; deverá ser construído em Alumínio Extrudado com acabamento polido.

3.12. Especificações Técnicas Mínimas do Centelhador Coaxial a Gás:

Centelhador a gás para sistema de radiocomunicação contra surtos de origem atmosférica deverá ser composto de uma cápsula cerâmica substituível e lacrada hermeticamente com gás inerte; VSWR ≤ 1,3 : 1, Impedância Nominal 50 Ω; Potência Máxima 150 Watts; Perda Máx. por inserção ≤ 0,5 dB; Corrente Máxima 10 KA; Resistência de isolamento ≥ 1000 mΩ; Tensão de ruptura do tubo ≤ 700V DC; Tensão típica 230V DC 20%; Faixa de frequência 0 ~ 6.0 GHz; Comprimento máximo 70 mm; Temperatura -40 / +70 C°; Terminações N Macho / N Fêmea; Acabamento Prata / Níquel; Diâmetro Máximo 30 mm; Peso máximo de 0,150 Kg.

3.13. Especificações Técnicas Mínimas do Cabo Coaxial tipo Cellflex:

Cabo tipo CELLFLEX com dielétrico de foam de alta flexibilidade e resistência com desempenho elétrico de alta performance, alta resistência de esmagamento, baixa atenuação, Alta potência; Uniformidade longitudinal; Baixo fator de reflexão; Resistentes a ambientes hostis; Bitola 7/8" com condutor interno tipo tubo de cobre, condutor externo ondulado de alumínio, dielétrico com espuma de polietileno, revestimento com enchimento de Hidróxido de metal; Impedância Nominal de 50Ω; Velocidade de propagação Relativa 90%; Frequência Máxima de Operação 5 GHz.

3.14. Especificações Técnicas Mínimas do Kit de Conectores e Miscelâneas:

Kit composto de cabos coaxiais para interligação do duplexador a repetidora e antena, composto de material necessário, com conector tipo N com prensa cabo para Cellflex, tipo reto, confeccionados em latão com banho de ouro, isolamento do tipo PTFE, vedação de borracha, com banho de níquel.



3.15. Especificações mínimas do Suporte em L, abraçadeira e presilhas de acabamento interno:

3.15.1. Suporte em L: produzido em aço 18, chapa em L, 2 metros de comprimento horizontal e 30 cm vertical, bitola/diâmetro 1,5 cm, pintura eletrostática cor preta.

3.15.2. Abraçadeira: multi block para cabo tipo Cellflex7/8, adaptador SLIM de cantoneira L = 32mm e < 18mm, barra roscada M8 (comprimento dimensionado em função do número de cabos), porca sextavada M8, arruela lisa M8, arruela pressão M8, parafuso cabeça sextavada M8 x 30 mm.

3.15.3. Presilhas de Acabamento Interno: produzida em cobre, alta qualidade e resistência para adaptação das estruturas e ligação/junção do cabeamento e demais estruturas.

3.16. Responsabilidade da Instalação dos Equipamentos:

Será de responsabilidade da CONTRATADA toda a gestão de equipamentos e materiais, ou seja, os serviços de transporte de peças e equipamentos, descarga e instalação dos materiais nos locais de aplicação. Toda movimentação de equipamentos e materiais deverá ser devidamente documentada pela CONTRATADA.

3.17. Garantia da Instalação dos Equipamentos:

O fabricante dos equipamentos deverá indicar o representante técnico na cidade de Goiânia/GO devidamente apto a prestar o suporte técnico necessário e que seja credenciado pelo CREA/GO. A CONTRATADA deverá garantir o funcionamento de todos os equipamentos, materiais e acessórios contra defeitos de fabricação (desenvolvimento), pelo período da garantia legal contados a partir da data da Aceitação do Sistema, pela CONTRATANTE. Esta garantia também se aplica para os serviços de mão de obra executados. Todos os equipamentos fornecidos devem ser garantidos contra defeitos em componentes, falha de engenharia e defeitos operacionais, após a ativação e funcionamento definitivo.

3.18. Requisitos Complementares: a proponente deverá apresentar em sua proposta comercial:

3.18.1. Cópia autenticada do “Certificado de Homologação ou de Registro” que autoriza a operação do equipamento, expedido pela ANATEL, onde deverá constar o nome da empresa licitante ou da fabricante do produto ofertado, acompanhada de declaração subscrita por esta última (fabricante do produto) autorizando a utilização do certificado pela licitante, direcionada a este órgão referindo-se ao processo licitatório (Conforme estabelecido pela ANATEL na RESOLUÇÃO nº 242 de 30 de Novembro de 2000, Art. 32).

3.18.1.1. Em caso de a proponente não ser a fabricante do material ofertado a mesma deverá apresentar declaração emitida pelo fabricante dos equipamentos objeto deste Termo indicando a empresa autorizada a comercializar seus produtos no certame em tela.

3.18.2. Declaração do fabricante nominal ao processo garantindo o fornecimento de peças de reposição por um período não inferior a 05 (cinco) anos.

3.18.3. Declaração ou outro documento emitido pelo CREA/GO que indique o responsável técnico da empresa que irá prestar os serviços de implantação e manutenção, devidamente credenciado por este órgão e que esteja devidamente registrado no quadro de trabalho da CONTRATADA ou em seu contrato social

3.18.4. Declaração ou outro documento emitido pelo CREA/GO que indique ser a empresa CONTRATADA devidamente credenciada neste órgão.

3.18.5. Declaração emitida pelo fabricante do equipamento, nominal ao processo, que conste que o equipamento ofertado atende as normas do MINICOM com relação à emissão de frequências radioelétricas, bem como a norma “MIL 810 C, D, E e F” no que concerne, principalmente, à robustez do equipamento no trabalho desejado e a sujeição do mesmo às variações climáticas de temperatura e umidade referentes ao Estado de Goiás.

3.18.6. Declaração emitida pelo fabricante dos equipamentos de radiocomunicação, nominal ao processo, de que o produto ofertado cumpre os requisitos de compatibilidade eletromagnética descritos na resolução ANATEL 237 de 09/11/2000.

3.18.6.1. Conforme especificado no Artigo 39 do Regulamento anexo à Resolução 242, cada equipamento rádio-transceptor deverá possuir o selo ANATEL, observadas as regras de composição



da logomarca ANATEL, Código de Homologação e Código de Barras.

3.18.6.2. O selo ANATEL deverá estar afixado no produto em parte não removível, ser confeccionado com materiais compatíveis e duráveis, assim como apresentar, de forma legível e indelével, as informações relativas à homologação e à identificação do produto.

3.18.7. Não poderá o Licitante sub-contratar os serviços descritos neste Termo.

4. DAS OBRIGAÇÕES

4.1. CONTRATANTE

4.1.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo ora estabelecido.

4.1.2. Expedir as comunicações dirigidas à CONTRATADA e exigir, a qualquer tempo, que seja refeito/entregue qualquer serviço/objeto que julgar insuficientes, inadequados ou em desconformidade com o solicitado.

4.2. CONTRATADA

4.2.1. A Licitante vencedora se obriga a cumprir todas as exigências mínimas deste Termo e entregar o objeto, de primeira qualidade, atendendo as condições e qualidades estipuladas.

4.2.2. Será de responsabilidade da vencedora, todas as despesas em sua totalidade, e ainda as com tributos fiscais trabalhistas e sociais, que incidam ou venha a incidir, diretamente e indiretamente sobre o objeto adjudicado.

4.2.3. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na contratação.

4.2.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais constantes do presente instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte cinco) por cento do valor inicial atualizado do contrato, desde que o pedido de acréscimo ou supressão ocorra em data anterior ao cumprimento integral deste e antes de efetuado o pagamento.

4.2.5. Os objetos deverão ser entregues no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.

5. DA GARANTIA

5.1. O objeto deste Termo de Referência deverá possuir a Garantia Legal contra defeitos de fabricação, conforme Certificado de Garantia expedido pelo fabricante.

5.2. O objeto deste Termo de Referência deverá ser novo, de primeiro uso, não sendo, em hipótese alguma, permitida a oferta de equipamentos resultantes de processo de recondicionamento e/ou remanufaturamento.

5.3. O objeto a ser entregue deverá ser fabricado de acordo com as normas técnicas em vigor e legislação pertinente.

5.4. As empresas participantes do certame que necessitarem de maiores esclarecimentos a respeito do objeto poderão entrar em contato com o Departamento de Especificações e Orçamentos DECOR/CAL pelos telefones (62)3201-6386 e (62)3201-6387.

6. LOCAL DE ENTREGA / EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Os objetos deverão ser entregues no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento da nota de empenho pela empresa contratada. e, após solicitado pela Contratante, por meio de "Autorização para Entrega", que deverá ser feita à Av. Consolação, Qd. 35, Lts. 03 ao 10, 22 e 23, Cidade Jardim – Goiânia/GO – fone (62) 32016386 / 6387.



- 6.2.** A contratante emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a licitante cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.
- 6.3.** Na entrega não será aceita troca de marca ofertada na proposta.
- 6.4.** O recebimento por parte da Contratante observará o estabelecido abaixo:
- 6.4.1. Recebimento provisório:** o objeto será recebido provisoriamente mediante recibo, no prazo de 02 (dois) dias, para efeito de posterior verificação da conformidade do material entregue, de acordo com a especificação constante deste Termo de Referência e a proposta da empresa vencedora.
- 6.4.2. Recebimento definitivo:** o objeto será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data do recebimento provisório, após verificação da qualidade (adequação às especificações técnicas, constantes deste anexo), da quantidade e da garantia do material, e após o aceite, a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento.
- 6.5.** O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo dos equipamentos;
- 6.6.** No ato do recebimento, caso o objeto apresentado não esteja em conformidade com este Termo de Referência, o item será recusado total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito à indenização à empresa vencedora.
- 6.7.** Caso o objeto apresente defeito de fabricação ou quaisquer defeito que impossibilite seu uso, o mesmo deverá ser substituído, no prazo máximo de até 20 (vinte) dias corridos, a partir da data da comunicação feita pelo Comando de Apoio Logístico – CAL.
- 6.8.** O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela Contratante, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).
- 6.9.** O Frete e demais despesas estão inclusos no valor do objeto, devendo a empresa contratada entregá-lo no endereço fornecido pela Contratante conforme item 6.1.
- 6.10.** Os prazos definidos acima poderão ser modificados conforme acordo entre as partes.

7. DO PAGAMENTO

- 7.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contado da data de liquidação da(s) nota(s) fiscal(ais) faturada(s).
- 7.2.** O pagamento da(s) nota(s) fiscal(ais) fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento previstos no edital.
- 7.3.** O pagamento será efetivado por meio de crédito em conta corrente do favorecido, exclusivamente, em Instituição Bancária contratada para centralizar a movimentação financeira do Poder Executivo Estadual (Caixa Econômica Federal), em atenção ao disposto no art. 4º da Lei estadual n. 18.364, de 10 de janeiro de 2014.

8. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 8.1.** Este Termo foi elaborado pela Soldado Joellen Luci Silvestre Vaz, _____ RG 03.573 QPC; dúvidas deverão ser tratadas pelo telefone (62) 3201-6387.

Goiânia, 26 de março de 2014.

João Divino Lourenço Júnior – Maj. QOC BM
Chefe do Departamento de Especificações e Orçamentos – DECOR



ANEXO II

Pregão Eletrônico nº. 022/2014 – CBMGO
Processo nº. 2014.0001.1000.174

MODELO PARA PROPOSTA

(A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado)

Todos os campos são de preenchimento obrigatório						
Razão social:						
CNPJ:						
Endereço:						
Telefone/Fax:						
Banco: Caixa Econômica Federal Art. 4º da lei Estadual nº 18.634/2014		Agência: (nome/nº)		Conta Corrente:		
Dados do Signatário – para assinatura do contrato						
Nome:				Cargo:		
Nacionalidade:		Identidade:		CPF:		
Especificação do Produto/Marca	Unidade	Quantidade	Preço Unitário COM ICMS (R\$)	Preço Total COM ICMS (R\$)	Preço Unitário SEM ICMS (R\$)	Preço Total SEM ICMS (R\$)
Valor Total da Proposta COM ICMS (por extenso):						
Valor Total da Proposta SEM ICMS (por extenso):						
Convênio ICMS? SIM () NÃO ()						
<p>- Informar, no que couber, a alíquota do ICMS.</p> <p>- Declaro que nesta Proposta de Preços observou-se a aplicação do inciso XCI do artigo 6º do Anexo IX do Regulamento do Código Tributário do Estadual de Goiás (RCTE), revigorado pelo artigo 3º do Decreto Estadual nº 7.569/2012, que trata da isenção do ICMS nas operações e prestação internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual, ficando mantido o crédito (Convênio ICMS 26/03).</p> <p>- As empresa sediadas no Estado de Goiás, beneficiadas pelo art. 8º, inc. VIII do RCTE – Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (Decreto nº 4.853/1997), deverão declarar-se beneficiárias deste dispositivo legal, devendo demonstrar na memória de cálculo da desoneração do ICMS, o desconto equivalente ao seu benefício, o qual deverá ser expressamente comprovado no momento da apresentação da proposta.</p> <p>- Declaro que neste Proposta de Preços estão inclusos todos os demais tributos, encargos sociais e trabalhistas, custos e direitos indiretos, embalagens, seguro, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente aquisição e/ou serviço e que estou de acordo com todas as normas pertinentes à matéria.</p>						
DATAR E ASSINAR						